

EDITORIAL

Mudanças, permanências e questões sempre prementes

Chegamos ao segundo número do vigésimo segundo ano da revista *Comunicações*. Este é um número de mudanças. A partir deste número, assumo a editoria da revista no lugar da professora Maria Inês Bacellar Monteiro. Inês esteve à frente da revista por sete anos e seu excelente trabalho deixa uma grande responsabilidade para os anos vindouros. Nesse período, a revista teve sua periodicidade regularizada, seu comitê científico ampliado e diversificado (inclusive com professores de universidades estrangeiras), o número de bases de indexação cresceu assim como aconteceu com o número de artigos publicados anualmente. Fica para nós o desafio de alçar voos maiores, com vistas à busca da excelência na produção editorial, reconhecimento nacional e fortalecimento dos vínculos internacionais já presentes hoje na revista. A comissão editorial da *Comunicações* pode, contudo, continuar a contar com sua presença além da igualmente relevante participação dos professores que permanecem na composição das forças necessárias para se pensar e montar nossa revista.

Não só a comissão editorial e as conquistas destes últimos anos permanecem, como também o crescimento do número de artigos recebidos e de tão diversas origens. Neste número, colaboraram pesquisadores docentes e discentes de instituições não apenas do estado de São Paulo, como também do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Pernambuco. As temáticas contempladas neste número passam pela formação de professores, políticas públicas, estudos culturais, movimentos sociais, educação especial, história e filosofia da educação. Resultados de pesquisas, reflexões teóricas e revisão de literatura compõem, nesta edição, um quadro não apenas de temáticas diversas na área da educação, mas propõem ao campo questões que são prementes e devem ser constantemente lembradas e debatidas.

Maria Joselma Franco e Giselle Maria Cavalcanti da Silva problematizaram o papel do coordenador pedagógico frente a seu trabalho nas escolas na perspectiva da construção de uma identidade que permite aos sujeitos envolvidos serem protagonistas do processo educativo. Destaque para a centralidade do papel do coordenador e da necessidade de se teorizar experiências bem sucedidas no diálogo com o projeto político-pedagógico das escolas.

Regina Maria Simões Puccinelli Tancredi e Adriana Torquato Resende entrevistam professores e alunos do ensino fundamental para coletar as diferentes visões que esses su-

jeitos possuem sobre o que é “ser professor”. As imagens do “bom professor” passam por aspectos ligados ao ensinar, ao saber e a características ligadas à identidade profissional e essas imagens podem gerar material de grande relevância para discussões no âmbito da formação inicial docente.

Marly Krüger de Pesce, Jane Mery Richter Voigt, Berenice Rocha Zabbot Garcia e Elzira Maria Bagatin Munhoz vão até os estudantes dos cursos de licenciatura de uma universidade comunitária da região Sul do Brasil para analisar de que maneira as pessoas formadas em disciplinas que propõem construir uma integração entre as áreas percebem as possibilidades futuras de construção de um trabalho docente integrado.

Egeslaine de Nez e Richellé Timm dos Passos da Silva levantam questões a respeito dos sentidos e da estrutura das universidades *multicampi* em duas regiões brasileiras, propondo, a partir do *survey* que realizaram, compreender os desafios sociais, acadêmicos e científicos que esse tipo de instituição enfrenta – e pode intervir.

Carla Cristina Dutra Búrigo e Monica Feitosa de Carvalho Pedrozo Gonçalves colocam em diálogo as políticas públicas para a educação infantil, com destaque para a resolução CNE/CEB nº 01/2011, e a criação do Serviço de Educação Infantil do Hospital Universitário da UFSC para debater os impactos que aquela resolução de 2011 teve nesse serviço que possui vinte e cinco anos de existência.

Eliane Santana Dias Debus analisa os livros selecionados para a educação infantil pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola nos anos 2008, 2010 e 2012, categorizando-os por gêneros literários e observando sua materialidade. A autora observa, entre outras coisas, a predominância do que denominou de narrativas curtas contemporâneas e um número muito pequeno de livros cartonados ou com capa dura, mostrando que a seleção do PNBE deu pouca ênfase para crianças de zero a três anos de idade.

Amadeu Moura Bego, Eduardo Adolfo Terrazzan e Luiz Antonio Andrade Oliveira propõem um olhar habermasiano para a presença de sistemas apostilados de ensino nas redes públicas municipais. Será possível, na perspectiva da Reforma do Estado, com suas características de racionalidade instrumental e presença cada vez maior do privado na dinâmica do funcionamento estatal, criar uma cultura de resistência à tecnocracia que se instala na escola?

Tiago Soares Santos e Luiz Carlos Eckstein vão à Teoria Crítica e trazem o conceito de esclarecimento (Adorno/Horkheimer) para iluminar a necessidade de uma educação emancipadora (crítica) diante do discurso hegemônico de neutralidade da objetividade científica. Propõem a reflexão sobre o trabalho docente e sobre seu necessário esforço de resistência diante desta sociedade e da barbárie nela presente.

Tony Honorato traz para a história da educação um debate a respeito da formação de professores no estado de São Paulo no período entre 1897 e 1921, tensionando os modelos da Escola Normal e da Escola Complementar a partir dos Anuários do Ensino e de dispositivos legislativos. A leitura desta tensão é subsidiada pelo conceito de poder proposto por Norbert Elias.

Bianca Salazar Guizzo e João Carlos Amibilia Gomes dirigem seu olhar crítico para o modo como diferentes mídias estão tratando a homoparentalidade. Com destaque para duas

reportagens publicadas em uma revista e um site que tratam de celebridades e produções televisivas, os autores problematizam mudanças e permanências de discursos de gênero e normatividade em nossa sociedade contemporânea.

Julio Cesar Torres, Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, Cláudio Rodrigues da Silva, Agnes Iara Domingos Moraes e Nathanael da Cruz e Silva Neto olham para os documentos que compõem e constroem o projeto educacional do Movimento dos Sem Terra para observar de que maneira este movimento social trata a inclusão e a educação especial. Problematizam, assim, como o crescimento do movimento implica um diálogo com novos desafios e demandas que esse crescimento engendra.

Kamille Vaz olha para a educação especial direcionando seu olhar para o papel dos professores proposto pelas políticas públicas para a área. Enquanto o discurso hegemônico dos documentos oficiais coloca os professores de educação especial nas escolas regulares (como professores de apoio ou de salas de recursos), percebe-se um silenciamento a respeito das atuações desses docentes nas classes especiais, escolas especiais, classes hospitalares e ambiente domiciliar. No entanto, essas modalidades de atuação continuam presentes.

Luciane Torezan Viegas analisa o processo de fechamento da única escola especial de um município da região metropolitana de Porto Alegre para discutir os desafios do processo de inclusão e das mudanças nas políticas públicas para a educação especial. Centra seu olhar sobre a formação de professores para educação especial especialmente diante deste novo cenário que se estabeleceu.

Dando sequência à nossa reconstrução da história do PPGE-UNIMEP a partir dos professores que, em sua passagem pela instituição, deixaram marcas e deram sua contribuição para os estudos na área de educação, terminamos esta edição com uma entrevista com o professor Cleiton de Oliveira, que foi professor do nosso programa de 1998 a 2012 e possui ampla produção na área de política e gestão da educação.

São estas as questões que os autores que publicaram conosco propõem para nossa reflexão e debate. Elas são, como entendo, questões prementes dentre tantas outras que a educação precisa (se) fazer neste momento. Uma boa leitura e um bom debate.

Thiago Borges de Aguiar